



Palavra de especialista

Maurício Canêdo Pinheiro, economista e pesquisador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ)

EXPECTATIVA DE POUCA COMPETIÇÃO

Na opinião de Maurício Canêdo Pinheiro, as regras rígidas do edital para o primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha, que vai ocorrer no fim de outubro, vão reduzir a competição entre as empresas de petróleo. Canêdo cita o alto valor do bônus fixo, de R\$ 15 bilhões, e a participação mínima de 41,65% do lucro em óleo para o governo.

— Essas regras muito rígidas podem afastar investidores e, assim, acabar sobrando apenas a Petrobras e estatais de países que estão mais preocupados em ter acesso a recursos naturais, como o petróleo, do que na lucratividade com a operação. Assim, poderíamos ver empresas

estatais da China, e em menor escala, as da Índia. Por isso, elas podem aceitar um ganho menor para ter acesso ao petróleo — afirma Canêdo.

Apesar de afirmar que Libra é uma boa área, de 8 bilhões a 12 bilhões de barris, o economista diz que o leilão não terá propostas agressivas. Por isso, não espera ofertas dos consórcios muito acima do piso mínimo de lucro em óleo.

— Com o valor do bônus fixo tão elevado, não haverá uma agressividade elevada nas propostas de excedente em óleo. Canêdo lamenta ainda que o dinheiro arrecadado com o bônus fixo será usado para compor o superávit primário do governo (economia para pagar juros).

— A decisão do governo, de ter um bônus tão elevado, parece ter sido tomada levando em conta outros fatores, como a composição do superávit. É uma pena, pois o projeto de Libra é algo de longo prazo, de 20 a 30 anos. Se o bônus fosse menor, atrairia mais empresas. (B. R.)